

Os impactos do ensino superior no sudoeste goiano na década de 1980: o caso de Jataí

The Impacts of Higher Education in Southwest Goiás in the 1980s: The Case of Jataí

DOI 10.5281/zenodo.15020111

Marliane Dias Silva¹

Resumo: A década de 1980 foi um período de desafios para o país, a abertura para a democracia aliada a problemas como: a inflação, desigualdade social acentuada, fome e a influência de organismos multilaterais na estruturação e reorganização do Estado corroboraram para o crescimento de instituições privadas de ensino superior. Neste período, o Estado de Goiás apresentava um cenário marcado pela interiorização do ensino superior público representado pela presença da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pela abertura de instituição privada. Desta forma foi analisado como a realidade social foi sendo construída e pensada, além disso, quais cursos foram ofertados e quais foram os impactos conferidos para Jataí e região. Assim, este artigo tem como objetivo compreender o processo de desenvolvimento do ensino superior em Jataí, na década de 1980. De caráter qualitativo, este artigo foi construído pautado metodologicamente no método histórico, centrado na análise dos *corpus* documentais obtidos por meio do levantamento, coleta e organização de um conjunto diversificado de documentos (relatórios, anuários de ensino, leis, decretos, correspondências, mensagens dos representantes de Estado, fotografias etc.), referentes ao período delimitado na pesquisa. Também, possui como base teórica os seguintes autores: Magalhães (2004), Iglésias (1979), Lobardi (2003), Torres (1996), Veyne (1982).

373

Palavras-Chaves: Ensino. Superior. Instituições. Jataí. 1980.

Abstract: The 1980s were a period of challenges for Brazil. The transition to democracy, combined with issues such as inflation, heightened social inequality, hunger, and the influence of multilateral organizations in the structuring and reorganization of the state, contributed to the growth of private higher education institutions. During this period, the state of Goiás experienced a scenario marked by the expansion of public higher education, represented by the presence of the Federal University of Goiás (UFG), alongside the establishment of private

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGO), Mestra em Letras: Literatura e Crítica Literária pela PUCGO, atualmente é professora do Instituto Federal de Goiás – Campus Jataí. E-mail: marliane.silva@ifg.edu.br

Recebido em 15/01/2025

Aprovado em: 12/03/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



institutions. This study analyzes how the social reality was constructed and conceived, the courses that were offered, and the impacts these institutions had on Jataí and its surrounding region. Thus, this article aims to understand the development process of higher education in Jataí during the 1980s. Adopting a qualitative approach, this study is methodologically based on the historical method, focusing on the analysis of documentary sources obtained through the collection, organization, and examination of a diverse set of documents (reports, educational yearbooks, laws, decrees, correspondences, messages from state representatives, photographs, etc.) related to the period under study. Additionally, the research is theoretically grounded in the works of the following authors: Magalhães (2004), Iglésias (1979), Lobardi (2003), Torres (1996), and Veyne (1982).

Keywords: Higher Education. Institutions. Jataí. 1980s.

Introdução

Para entendermos o presente, torna-se fundamental retomar ao passado, somente desta forma, o pesquisador poderá por meio da macro da História analisar a micro História em busca de vestígios, neste sentido, o trabalho historiográfico constitui a essência do fazer científico desta jornada.

A década de 1980, referência como corte temporal para este artigo, foi marcada por profundas mudanças nos cenários político, econômico e social no Brasil. O fim do regime militar e a abertura da democracia foram cruciais para reestruturar o país.

Neste mesmo período, a cidade de Jataí localizada no Sudoeste do Estado de Goiás, experimentou o surgimento de duas instituições de ensino superior: uma pública e outra privada. Desta forma, os cursos foram criados por elas possibilitaram impactos para a cidade e região.

Por esta razão, este artigo tem como objetivo compreender o processo de desenvolvimento do ensino superior em Jataí, na década de 1980. Neste sentido, resultado de uma pesquisa situada na área de História e Historiografia da Educação, pautado na metodologia do método histórico, de punho qualitativo, centrado na análise dos *corpus* documentais obtidos por meio do levantamento, coleta e organização de um conjunto diversificado de documentos (relatórios, anuários de ensino, leis, decretos, correspondências, mensagens dos representantes de Estado, fotografias etc.), referentes ao período delimitado na pesquisa; para isto a primeira sessão trataremos da abordagem teórica sobre História, Historiografia justificando a escolha da cidade de Jataí, logo após, trataremos da análise das instituições de ensino superior jataienses para enfim tecermos nossas

considerações, por esta razão este artigo possui como base teórica os seguintes autores: Magalhães (2004), Iglésias (1979), Lobardi (2003), Torres (1996), Veyne (1982).

1. HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA, EDUCAÇÃO SUPERIOR EM JATAÍ

Segundo Magalhães (2003) a investigação epistemológica da História de uma instituição envolve um complexo estudo historiográfico, o qual vai além dos documentos, mas envolve a relação das instituições educativas com o meio sociocultural de forma integrada e dialética possibilitando a (re)construção das representações simbólicas, as quais constituem a identidade de cada instituição, para Magalhães (2004):

[...] a revisão do conceito de “história institucional” envolve um alargamento e uma complexificação da monografia historiográfica, designadamente através da centralização do processo historiográfico na relação das instituições educativas com o meio sociocultural envolvente, associando de forma integrativa e dialética a descrição/caracterização dos públicos ao questionamento e à (re) construção das representações simbólicas das práticas e dos ideários educativos que marcam e constituem a identidade histórica de cada instituição (Magalhães, 2004, p. 53).

Assim, para compreender o processo de criação do ensino superior em um local, faz-se necessário retomar no tempo, por meio da História e Historiografia, para elucidar as dúvidas ainda não esclarecidas, pois a historiografia seria a análise crítica do conhecimento histórico.

Ao verificar no dicionário de Língua Portuguesa o conceito de Historiografia encontraremos duas definições: [Do gr. *Historiographía*]. 1. Arte de escrever a História... 2. Estudo histórico e crítico acerca da História ou dos historiadores (Lapa, 1981). Segundo Barros (2019, p. 33) a transformação da História escrita em uma modalidade científica ocorreu em meados do século XVIII para o XIX, assim como campo de saber "que – ao mobilizar diferentes aportes teóricos e as mais variadas metodologias – estuda a própria História".

A Historiografia compreendida como o ato de escrever a História, faz referência ao processo do acontecer humano no espaço-tempo, a partir da análise de materiais históricos, ou seja, de fontes como: documentos da época, fotografias, jornais e revistas de época etc. A análise destas fontes, por meio dos instrumentos teórico-metodológicos, proporcionará um

processo racional de formulação de verdades relativas dinamizadas no espaço-tempo para a construção da História (Lapa, 1981).

Sobre a História, o historiador Paul Veyne afirma que "por essência, a História é conhecimento mediante documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento" (Veyne, 1982, p. 12). Neste sentido, segundo Torres (1996) a Historiografia como saber histórico científico está ligada a uma problemática, cujo propósito do pesquisador centrar-se-á na busca pela verdade por meio do uso de um método racional crítico, tendo em vista que o conhecimento vale-se de uma continuidade dinâmica.

Além disso, o objetivo da História é possibilitar a inteligibilidade ao mundo social, por meio dos fatos ocorridos no passado, de acordo com Martins (2019):

O objetivo da História é o mesmo do conjunto das ciências sociais: dar inteligibilidade ao mundo social. Sua especificidade está em construir essa inteligibilidade por meio da narrativa singular de acontecimentos específicos. Os acontecimentos examinados, descritos, narrados e explicados pela História situam-se no passado. Dizer que algo "é passado" supõe que os acontecimentos estejam concluídos, finalizados. Isso não impede que seus desdobramentos possam alcançar o presente. Um dos indicadores desse alcance está na circunstância de que todo exame historiográfico do passado se origina no presente e se destina a responder às questões que esse presente (e seu respectivo futuro) suscita (Martins 2019, p.24).

Dentro deste viés, a Historiografia da educação é um campo de estudo recente, que tem por objeto de investigação as produções históricas voltadas para a esfera educacional (Lombardi, 2003), para Torres (1996):

A historiografia faz parte de um processo epistemológico e espelha a produção intelectual de um certo momento do passado. Ela é um fragmento para compreendermos - numa preocupação de totalidade - esse passado. Na historiografia estão os anseios de uma época, as verdades que a dinâmica social das idéias desfigurará com o passar do tempo. Portanto, a historiografia, de produção intelectual, passa a vestígios de um determinada acontecer para quem a analise; portanto, o conhecimento histórico baseado a partir de uma perspectiva de historicidade em processo torna-se objeto de análise ou história-processo no plano do vestígio escrito (Torres, 1996, p. 57-58).

E ao analisar uma instituição educativa, de acordo com Magalhães (2004, p.67) a "História das instituições educativas é um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos". O autor salienta que o conceito de uma instituição se associa a ideia de permanência, sistematicidade, norma e normatividade ligada as mudanças

do tempo histórico sociocultural, contextos geográficos e da área da educação. Nesta direção Magalhães (2004) afirma:

Na sua ação concreta e do cotidiano, como na dimensão temporal, as instituições educativas, sendo instâncias complexas e multifacetadas, engendram, e desenvolvem culturas, representações, formas de organização, relacionamento e ação que se constituem em fatores de diferenciação e identidade. Inseridas em contextos geográficos e em tempos históricos marcados por fatores de natureza sociocultural, conjunturas e circunstâncias históricas específicas, estas instituições, se bem que estruturadas por uma matriz de base e perseguindo objetivos comuns, existem de forma própria e este quadro existencial fomenta representações e apropriações, elas mesmas diferenciadas (Magalhães, 2004, p. 69).

A instituição educativa, conforme Magalhães (2004) caracteriza-se por ser multifacetada e ao mesmo tempo uma instância complexa, por esta razão escolhemos o corte temporal de 1980, pois neste período ocorreram mudanças no cenário político do país, conseqüentemente, alterações de leis.

Os anos 80 foi um período de recessão mundial e a crise das dívidas dos países subdesenvolvidos, fez com que os organismos multilaterais lançassem programas de ajustes e reformas com vistas a proporcionar o o crescimento dos países endividados a fim de garantir o pagamento de seus débitos. Com isso, ajustes foram realizados aliando liberação econômica e financeira à reformas estruturais de cunho neoliberal, agências multilaterais representadas pela ONU (Organização das Nações Unidas), BM (Banco Mundial), FMI (Fundo Monetário Internacional) ditaram medidas voltadas para o campo da educação nos países.

O país encontrava-se com problemas relacionados a desigualdade social acentuada, fome, inflação, todos estes problemas corroboraram para o declínio do regime militar e a abertura para a democracia (Motta, 2014) e sobre educação a visão dos militares centrava que por meio dela o país alcançaria o progresso, por isso era necessário qualificar a mão-de-obra do trabalhador, incentivar a formação estudantil, em especial, o ingresso ao ensino superior (Germano, 1994). Então, as medidas tomadas durante a ditadura corroboraram para o aumento as vagas e instituições de ensino superior no país (Cunha 1980).

A década de 80, para o Estado de Goiás conferiu um período de materialização de grande parte do programa de expansão e interiorização do ensino superior fomentado pelos militares. Desta forma, o estado goiano possuía apenas uma instituição de ensino superior pública e as demais eram privadas. Por meio do projeto extensionista do governo, poucas cidades do interior goiano conseguiram criar/implantar campus avançados e uma dessas cidades foi Jataí,

possibilitando a criação do Campus Avançado de Jataí (CAJ) da Universidade Federal de Goiás (UFG), após a criação/implantação do CAJ, em 1984, foi criado o Centro de Ensino Superior de Jataí (CESUT), de caráter privado.

2. CAMPUS AVANÇADO DE JATAÍ

A Reforma Universitária de 1968 alterou significativamente o cenário do ensino superior nacional, mudando a estrutura interior das universidades públicas com o objetivo de concretizar a indissociabilidade entre o Ensino, Pesquisa e Extensão (Silva 2023). Assim, de acordo com Cunha (1980) a extensão teria uma função estratégica de expandir o quantitativo de vagas ofertadas pelas universidades, localizadas nos grandes centros urbanos, possibilitando a interiorização dos cursos em regiões distantes.

Como o governo militar estava passando por inúmeros protestos de reivindicação popular por mais universidades públicas no país, para amenizar a situação, os militares criaram programas que levassem os jovens universitários a desenvolver trabalho voluntário, em formato de estágio em áreas distantes (Germano, 1994), com isto, foram criados os Centros Rurais Universitários de Treinamentos e Ações Comunitárias (CRUTACs) e o Projeto RONDON.

Por meio dos acordos e dos programas, como o CRUTAC surgiu o primeiro *Campus Avançado* em Picos, no Piauí em 1972. E em 1973, fruto do projeto RONDON, o de Firminópolis “com o objetivo de levar os recursos de seus conhecimentos científicos e tecnológicos para a população desse município”. Logo após, em 1980, foram criados os Campi Avançados de Porto Nacional e Jataí, finalizando em 1982, o de Catalão (Revista Afirmativa UFG, 2009, p.12).

Frente a este cenário, a Resolução 118/1977 da UFG definiu o caráter da extensão universitária como:

Art. 1º - Extensão é o subsistema universitário, baseado na estrutura e na programação departamental, destinado a integrar os demais subsistemas/ensino e pesquisa e a atuar em função deles como fator de formação do aluno e como um dos fatores de aceleração do progresso da sociedade, funcionando como mecanismo permanente da renovação de método e de conteúdo de ensino, através do processo retroalimentação gerado pela integração universidade-sociedade (UFG, Resolução 118/1977, 10 de maio de 1977).

O artigo 1º elucida o caráter da extensão, naquele período, como um subsistema universitário com a estrutura destinada a integrar o ensino e a pesquisa atuando em função deles possibilitando integrar a formação dos discentes. Para Silva (2023) a extensão auxiliou no nascimento dos *campi* avançados, segundo Dourado (1997) estes foram criados em 1980:

Os *campi* avançados foram criados pela universidade a partir de 1980, como órgãos suplementares vinculados à Pró-Reitoria de Extensão, com o objetivo de interiorizar as atividades da universidade, particularmente, os programas de estágios e extensão, em substituição ao Projeto Rondon e aos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC). Nessa óptica a UFG inicia, em 1972, o seu programa de interiorização situando-se no âmbito da política sinalizada pelo MEC de criação de *Campus* Avançados. A política de interiorização adotada, inicialmente pela UFG caracterizou-se a partir do estabelecimento de práticas extensionistas (estágios curriculares) e, só na década de 80 implementou políticas de criação de *campus* no interior (Dourado, 1997, p. 540).

O principal objetivo dos *Campi* avançados era interiorizar as atividades da universidade, a UFG executou as atividades extensionistas conforme determinação do governo, para Baldino (1991) a escolha das cidades pelo levou em consideração concentração populacional com vistas a intenção eleitoral.

Além disso, a manutenção e instalação dos *Campus* seria realizada por meio de convênios entre as prefeituras locais e a UFG, o que ocorreu no caso do Campus Avançado de Jataí (CAJ). A unidade jataiense está localizada no sudoeste goiano, na microrregião da Serra do Caiapó, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui como área territorial de 7.174,219 km, limitando-se com os municípios de Caiapônia e Perolândia ao Norte; Itarumã, Caçu e Aparecida do Rio Doce ao Sul; Rio Verde a Leste; por fim, Mineiros e Serranópolis a Oeste, com distância de 321,2 km da capital de Goiás, Goiânia. Possui dois povoados: Estância e Naveslândia. A população jataiense atual está estimada em 103.221 pessoas, de acordo com os dados do IBGE de 2021.

A economia de Jataí era centrada na agropecuária, entretanto, segundo IBGE até a década de 1980, a cidade detinha estrutura organizacional suficiente para criação de uma instituição de ensino superior, como: comércios específicos (farmácias, clínicas veterinárias, empresas da área agropecuária, hospital etc.), escolas demandando profissionais qualificados, escritórios de advocacia, engenharia civil, imprensa local (rádio difusora e jornal impresso).

A história da criação do CAJ inicia-se de acordo com Silva (2023) em um almoço familiar, em sua tese de doutorado intitulada “História e Memória: Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí”, e graças a proximidade do jataiense senhor Binômimo da Costa, conhecido como Meco com o Reitor da UFG José Cruciano de Araújo, o qual demonstrou o interesse e prometeu analisar a possibilidade de implantar uma extensão na cidade.

Conforme Silva (2023) a notícia prontamente tomou conta da cidade, chegando ao conhecimento do Prefeito Mauro Bento, o qual nomeou o senhor Avelino Gameiro das Neves para entrar em contato com o Reitor José Cruciano com vistas a expressar o interesse e solicitar o que era necessário para implantar uma unidade da universidade na cidade.

O contato foi estabelecido, segundo Silva (2023) o Prefeito foi informado e montou uma equipe de moradores de Jataí para viajar a Goiânia conversar pessoalmente com o Reitor, o qual na ocasião, observou o interesse das autoridades local em criar uma unidade da UFG na cidade. Frente a isto, a Pró-Reitora de Extensão Maria do Rosário Cassimiro orientou o grupo sobre os critérios necessários para implantar a universidade: disponibilizar um espaço físico (terreno com sede).

De acordo com Lima (2002) foi doado por meio da Prefeitura de Jataí à Universidade Federal de Goiás, uma área para acolher 400 alunos com um prédio, o qual funcionaria a sede da universidade, com recursos municipais. Então, O Reitor professor José Cruciano de Araújo, em 10 de março de 1980, assinou a Resolução CEPEC n 145, regulamentando a criação do CAJ.

Conforme

Dourado

(2001):

O Campus avançado de Jataí foi criado durante reunião plenária em 04 de março de 1980, pela da Resolução n. 145 do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, com a finalidade de se constituir em campo de estágio e de extensão das atividades da UFG, promovendo a integração da Universidade-comunidade e, possibilitando, através das várias modalidades de extensão, melhores condições de desenvolvimento regional (DOURADO 2001, p. 543).

Antes da construção da sede, havia na localidade um casarão, o qual funcionava como internato feminino, porém após estabelecida a parceria UFG/Prefeitura de Jataí, o casarão passou a hospedar os professores da capital, os quais ministravam aulas no Campus Avançado. Entretanto, a Prefeitura de Jataí construiu um prédio sede para o funcionamento dos primeiros da instituição, graças a um convênio entre a Prefeitura Municipal e a Universidade.

O Convênio foi autorizado por meio da Lei nº 1000 e 1003/1980, o documento composto com onze cláusulas e assinado pelo Reitor José Cruciano de Araújo e o Prefeito

Mauro Antônio Bento. A Lei estabelecia as responsabilidades destinadas a UFG e a Prefeitura Municipal de Jataí para o funcionamento do CAJ. Com isto, a Prefeitura Municipal deveria:

- I. Doar à Universidade uma área urbana da cidade de Jataí correspondente a 12.400m², bem como o prédio que nela será construído e os respectivos mobiliários e demais instalações;
- II. Permitir o uso de máquinas e equipamentos de suas propriedades, bem como colaborar com o “Campus Avançado” no desenvolvimento e dinamização dos programas e projetos de Extensão da Universidade, respeitadas as suas disponibilidades;
- III. Efetuar os reparos dos veículos da Universidade ou que estejam a sua disposição e que sejam utilizados no desempenho dos serviços e programas do “Campus” Avançado, bem como proporcionar a manutenção dos mesmos;
- IV. Disposição e que sejam utilizados no desempenho dos serviços e programas do “Campus” Avançado, bem como proporcionar a manutenção dos mesmos;
- IV- Destinar Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) mensais da quota a que faz jus, do Fundo de Participação dos Municípios, como contrapartida pelos trabalhos realizados pela Universidade, a partir de 1º de janeiro de 1981 (Convênio UFG/Prefeitura de Jataí – 1980).

Enquanto caberia à UFG, conforme o mesmo documento:

- I. Responsabilizar-se pelo planejamento, coordenação e execução das atividades programadas para serem executadas através do Campus Avançado;
- II. Acompanhar e avaliar, ao nível das competências técnicas e administrativas das Unidades de Ensino e da Pró-Reitoria de Extensão, os trabalhos desenvolvidos através do Campus Avançado, frente aos objetivos propostos;
- III. Captar e alocar recursos financeiros, através da Pró-Reitoria de Extensão, para atender, na parte ou no todo as despesas necessárias à instalação e pleno funcionamento do Campus Avançado;
- IV. Realizar, através da Pró-Reitoria de Extensão, levantamentos, auditagens e avaliações, previstas em lei e que se tornem necessárias;
- V. Atender às despesas de pessoal para administração e serviços necessários ao regular funcionamento do Campus Avançado (Convênio UFG/Prefeitura de Jataí – 1980).

Estabelecidos tais compromissos, no dia 19 de março de 1980, tal evento contou com ampla repercussão em Jataí e na região (Dourado 2001).

Figura 01- Campus Avançado de Jataí



Fonte: Museu Histórico Francisco Honório Campos

Os primeiros cursos ofertados pelo CAJ eram da área de licenciatura: matemática, química e física (Cassimiro, 2018). Entretanto, a expectativa dos jataienses eram outros cursos, como: odontologia, medicina, engenharia etc.

O editorial do Jornal Folha do Sudoeste no anexo XIX, na página 232, de 1984, veículo de comunicação regional da época, abordava que o povo jataiense reivindicava novos cursos e “mais atraentes” para a universidade. Entretanto, os cursos pioneiros foram ofertados seguindo uma determinação do Ministério da Educação a qual regulamentava as instituições de ensino superior no país, informava para uma faculdade ou universidade iniciar, os primeiros cursos deveriam ser voltados para a formação de professores por meio das Faculdades de Filosofia (Cassimiro 2018).

Mas, conforme Dourado (2011), poucos anos depois, o CAJ começou a passar por um período difícil referente a manutenção da instituição na cidade, acarretando um sério risco de suas instalações serem encerradas em Jataí, porque o governo militar proibiu a realização de concursos públicos para admissão ao magistério superior e servidores da administração direta, como era de interesse das lideranças políticas e da sociedade civil jataiense garantir o funcionamento do Ensino Superior Público no Município, após mobilização dos setores locais por meio de reuniões, discussões e debates foi criada a

Fundação Cultural, que posteriormente, foi renomeada de Fundação Educacional de Jataí – FEJ, para Dourado (2011):

Diante da possibilidade concreta indicada pela própria UFG, setores da sociedade local organizaram-se para criar uma entidade que pudesse concretizar os anseios da população através de garantia da regularidade de Ensino Superior no Município. Nesse sentido, após reuniões e debates, decidiu-se pela criação de uma Fundação cultural. Em reunião ordinária contando com representantes de vinte e uma entidades, o estatuto foi aprovado com algumas modificações, com destaque para a alteração do nome da entidade de Fundação cultural para Fundação Educacional de Jataí, em 18 de janeiro de 1984 (Dourado, 2001, p. 544).

Conforme a ata de criação, a Lei Municipal nº 1.077, de 13 de março de 1984 regulamentou a criação da FEJ, cujo o objetivo era arrecadar fundos para a manutenção e despesas com contratação de professores para o CAJ. Além disso, a FEJ auxiliava a implantação de novos cursos e instituições educacionais em Jataí.

Com isto, em 1985, iniciaram as atividades do curso de Pedagogia, em caráter experimental. Mas o clamor popular era intenso, no mesmo ano, o Reitor Joel Pimentel Uchoa solicitou um grupo de estudo com vistas a verificar as demandas da região e os possíveis cursos, os quais poderiam sanar a carência de profissionais.

Em 1988, o resultado desses estudos foram apontados pela Comissão ao Reitor, sugerindo tornar permanente o curso de Pedagogia bem como a criação de Licenciaturas Plenas em Português, História, Geografia, implantar os cursos de Medicina Veterinária ou Engenharia Florestal. Também recomendou ofertar cursos de aperfeiçoamento e especialização para professores (especialmente em Língua Portuguesa) e abrir ofertas extensionsistas nas áreas de Saúde Humana, Veterinária e Agronomia.

Segundo levantamento dos dados para construção desta pesquisa na FEJ, a presença do CAJ, contrinbuiu, a priori, para desenvolvimento cultural da cidade e possibilitou cidade dispor de visibilidade na esfera nacional, porque Jataí passaria a ser uma das cidades no país que ofertava cursos superiores em uma instituição nacional.

Embora, nos primeiros anos de existência, o CAJ apenas ofertasse cursos voltados para formação de professores, esta realidade contribuiu para qualificação dos profissionais da educação na cidade, principalmente, porque em 1989, foram assinados os convênios entre a FEJ e a UFG, os quais davam continuidade ao Curso de Pedagogia e a criação da Licenciatura Plena de Letras.

Além disso, muitos professores atuavam nas sala de aula sem a formação adequada, a Prefeitura, no intuito de colaborar e incentivar a profissionalização dos acadêmicos, vinculados às escolas municipais o aumento salarial ao fim do curso.

Somente após a criação dos novos cursos, como: Medicina Veterinária, Educação Física, a partir de 1988, a Jataí começou a receber estudantes oriundos de diversas regiões do país, evidenciando este fato influenciar no crescimento populacional, uma vez que, muitos formandos preferiam fixar residência na cidade.

3. CESUT: O ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM JATAÍ

O Centro de Ensino Superior de Jataí (CESUT) foi fundado em 1984, de caráter privado, a criação desta instituição conferiu como resposta às reivindicações populares de Jataí, reivindicando mais cursos superiores. Antes de sua materialização, o senhor Avelino Gameiro das Neves, o professor Guilhermino de Paula Souza e o prefeito da época Nelson Antônio foram à faculdade de Direito da UFG conversar com o diretor, no intuito de ver a possibilidade da universidade implantar o curso em Jataí.

Entretanto, a resposta por parte da UFG foi desanimadora e sem brecha para esperança, mas pouco tempo depois o prefeito Nelson Antônio conversou com o presidente da FEJ (Avelino Gameiro das Neves) para entrar em contato com a faculdade Anhanguera, tal ação foi realizada resultando em um processo satisfatório de negociação e com o apoio de lideranças políticas, empresários da cidade articularam a criação do CESUT. Na época, o governador do Estado Íris Rezende Machado e o Deputado Estadual, natural de Jataí, Maguito Vilela também estavam apoiando a nova instituição.

Em 1984, os representantes da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, visitaram Jataí para analisar viabilidade de implantar uma filial no sudoeste goiano. Na ocasião, o professor Sérgio Sebastião (fazia parte da comitiva) reuniu-se com as lideranças políticas jataienses para obter maiores informações sobre a cidade. Com isto, após a avaliação das informações obtidas, juntamente com o potencial de crescimento da cidade, o grupo Anhanguera chegou a conclusão que seria viável criar uma nova instituição de ensino superior.

Mas, naquele período o MEC estava impondo algumas restrições para instituições privadas criarem novos cursos e/ou abrir novas instituições, a solução encontrada foi buscar viabilidade por meio da FEJ, pois assim, o Ministério da Educação aceitaria. A FEJ mantinha

cooperação com entidades públicas e privadas, neste sentido foi estabelecido um contrato de prestação de serviços educacionais com a AJE.

A AJE era uma instituição sem fins lucrativos, com sede e foro em Jataí, os seus responsáveis eram os mesmos diretores da Faculdade Anhanguera de Goiânia, criada em 03 de outubro de 1984, conforme livro ata 1984 sua finalidade era “propiciar à comunidade que a serve, oportunidades de instrução e aprimoramento educacional [...] §2 – para cumprir suas finalidades, a AJE poderá celebrar Contratos e Convênios com Instituições Públicas ou privadas (AJE, Estatuto da AJE, 1984, art. 2º).

Desta forma, para estabelecer e garantir o funcionamento dos cursos do CESUT, foi firmado um contrato entre a AJE, FEJ e CESUT no dia 14 de novembro de 1984, assim, caberia a AJE a responsabilidade de gerir a administração dos cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis.

A FEJ foi importante tanto para auxiliar no funcionamento quanto para a manutenção de instituições de ensino superior públicas e privadas de Jataí, por isso, os cursos de Direito e Administração foram autorizados graças ao Conselho Estadual de Educação (CEE), por meio da Resolução 451, de 20 de dezembro de 1984, bem como aprovaram o corpo docente e as disciplinas do curso. Após autorização dos cursos de Administração e Direito, em 1985, ocorreu o primeiro vestibular com 120 vagas para ambos (Demec – Go, 1995).

Para o funcionamento da instituição, o Conselho Municipal de Jataí por meio da Lei 1.133 de 1985, firmou convênio com o CESUT autorizando o uso do prédio “Wellington Cabral de Moura” de propriedade do poder público, sem ônus até 31/12/1988. A Lei 1.1333 de 1985 exigia a expansão das atividades de ensino da faculdade, a qual abarcaria o 1º e 2º graus, sendo o 1º grau gratuito, criando assim, o Colégio Cesut.

Segundo Baldino (1991) as políticas educacionais durante o regime militar favoreceram as instituições de ensino superior privado ampliarem suas ofertas, para Gatti (1992) até o início da década de 80, o Brasil viveu um período de efervescência no ensino superior e ao mesmo tempo, de críticas, pois muitas instituições privadas foram criadas sem a menor infraestrutura e o pior, com a anuência do MEC (Baldino, 1991).

Este foi um dos motivos que o MEC proibiu a abertura de novas instituições, além da mudança política; a visão da sociedade jataiense frente aos cursos implantados pelo CESUT, eram considerados de elite e tinham mais status. Para Cunha (1986) o ensino superior privado

no Brasil, nasceu a partir da necessidade de atender às elites existentes no país, os cursos ofertados eram àqueles bem vistos pelos donos do capital .

No caso de Jataí, havia uma resistência e ao mesmo tempo desinteresse por parte da população cursar as graduações oferecidas pelo CAJ, havia um clamor por “cursos de ponta” como a instituição pública o processo de criação/implantação de graduação era mais burocrático (Silva 2023), recorreu-se ao ensino superior privado para abrir vagas nos cursos mais elitizados.

Figura 02 – Colégio CESUT (Imagem aérea atual)



Fonte: <https://www.cesut.edu.br>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1980, foi um período marcado por mudanças no país, o Estado de Goiás experienciava o plantio dos primeiros campos de soja, Jataí fora escolhida para implantar um Campus Avançado da UFG, os primeiros cursos causaram uma certa frustração na população, a sociedade civil ansiava por graduações, as quais ofertavam cursos mais elitizados, como: medicina, direito, engenharia.

Segundo Cassimiro (2018) um prédio precisa ser construído a partir da base, por esta razão, era necessário naquele momento, criar os cursos de licenciatura em áreas carentes do

conhecimento: matemática, física e química. A herança do período militar foi a criação do CAJ na cidade jataiense, uma vez que, as lideranças políticas eram aliadas ao Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido dos militares.

A Reforma de 1968, no período militar, fomentou a abertura de instituições educacionais de ensino superior, em sua maioria, facilitava a criação de empresas do ramo da educação privadas, a consequência foram criadas inúmeras faculdades de caráter privado sem a menor infraestrutura para o funcionamento (Baldino 1991).

Entretanto, para atender ao clamor popular, os militares desenvolveram atividades de estágio universitário em cidades polo em todo país (Motta 2004), a partir destes polos foram criados Campus Avançados com a criação de cursos de graduação (Silva 2023). Jataí recebeu o CAJ, em 1980.

Entretanto, os primeiros anos da década de 80 foram de transformação no cenário político, econômico, social e conseqüentemente, educacional. A abertura do Estado à democratização, priorizou pausar as medidas educacionais pela ditadura, com isto, seria mais difícil criar uma faculdade, fosse ela pública ou privada.

Isso foi o caso, o qual esbarrou Jataí, os jataienses clamavam por cursos “de ponta”, ou seja, elitizados; a saída encontrada foi consultar a Faculdade Anhanguera, criar a AJE assim, implantar os cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis, assim, iniciava neste período a construção da formação do polo educacional do sudoeste goiano, realidade hoje existente.

Por fim, somente no final de 1989, cursos mais “atraentes” começaram a ser criados na UFG, hoje, 34 anos depois possui 25 cursos de graduação, enquanto que o número de faculdades privadas ampliou, mas o CESUT permanece vivo, como legado do clamor jataiense apenas com os cursos de Direito e Administração.

Referências

BALDINO, José Maria. Educação Superior em Goiás em tempos de euforia. **Dissertação** (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Departamento de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

CASSIMIRO, Maria do Rosário. **Caderno de Tomaz Garcia**: Confissões de Maria Cassimiro. Goiânia: Kelps, 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DOURADO, Luiz Fernando. **Políticas e gestão da Educação Superior no Brasil: múltiplas regulações e controle.** Revista Nacional de Política e Administração da Educação: Brasília, v.27, n.01, jan./abr. 2011, p. 53-65.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964- 1985).** São Paulo: Cortez, 1994.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: História das Instituições educativas.** Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Marliane Dias. História e Memória: Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí. 2023. 245 f. **Tese** (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Escola de Formação de Professores e Ciências Humanas, Educação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Revista UFG Afirmativa.** Desenvolvimento Regional: Universidade Cresce com a Interiorização e com o Investimento de Recursos Federais. Goiânia: Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás, n° 04, dezembro 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Resolução n° 145.** Cria o Campus Avançado de Jataí e dá outras providências. Goiânia: UFG, 10 de março de 1980.